



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A IMAGEM DO HOMEM CIVILIZADO: UMA ANÁLISE  
DO DISCURSO DA OBRA “A CIVILIDADE PUERIL” (1530),  
DE ERASMO DE ROTTERDAM**

Ana Luisa Pisani\*

“[...] de um modo geral pode-se dizer que qualquer mau hábito deforma tanto os olhos como o aspecto e a beleza de todo o corpo; pelo contrário, gestos regulares e naturais dão graça; não tiram os defeitos, mas escondem-os e atenuam-os”.<sup>1</sup>

O termo “civilidade” adquiriu grande significação a partir da publicação da obra de Erasmo de Rotterdam, em 1530, *De civilitate morum puerilium* (“A Civilidade Pueril”). O pequeno tratado pode ser analisado como consequência do surgimento de novos modelos de se viver em sociedade, a qual baseia-se na própria formação das cidades. Não há como surgir o termo civilidade sem a concepção de cidade. Neste sentido, inicia-se um processo de nova dinamização dos espaços, investindo-se em uma arquitetura que delimita, não apenas o espaço, mas principalmente o comportamento.

\* Mestranda em *História* e Especialista em *História, Sociedade e Cultura*, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

<sup>1</sup> ERASMO. *A Civilidade Pueril*. Lisboa: Editora Estampa, 1978, p.72.

As normas de civilidade se referem a uma constante construção, a um processo que propõe que determinadas concepções sejam posteriormente internalizadas e até sacralizadas. Sob este contexto, a cidade passa a contemplar o civilizado, opondo-se a vida camponesa, que abriga, neste sentido, a rusticidade. Conforme pontuou o historiador francês Jacques Le Goff:

Do lado da cidade (*urbs*) e de seus habitantes (*os cives*) estavam a cultura, a polidez, as boas maneiras – origem das palavras “urbano”, “urbanidade”, “civilidade”, “civilização”. Do lado do campo (*rus*) e de seus habitantes (*os rustici*), a grosseria, a incultura, a selvageria, lembradas nas palavras “rústico”, “rusticidade”, “rustre”.<sup>2</sup>

A citada obra de Erasmo trata-se de uma espécie de manual de boas maneiras e é considerada um dos primeiros manuais do gênero, sendo dividida em sete capítulos, respectivamente: *Da decência e da indecência de apresentação; Do vestir; Da forma de comportamento a ter numa igreja; Das refeições; Dos encontros; Do jogo; Do dormir*. A partir desta capitulação pode-se observar a construção de uma nova dinâmica social, que passa a definir os modelos de conduta de acordo com estes espaços.

Nele são registrados conselhos, que partem de uma observação, como o exemplo a seguir: “Bambolear-se na cadeira e sentar-se umas vezes sobre uma nádega outras vezes sobre a outra, é adoptar a atitude de alguém que solta vapores, ou que se esforça por o fazer. Mantém por isso o corpo direito, num equilíbrio estável”.<sup>3</sup> Ou ainda:

É indigno de um homem bem educado descobrir, sem necessidade, as partes do corpo que o pudor natural leva a esconder. Quando a necessidade nos forçar a fazê-lo, devemos dar mostras de um decente recato – ainda que ninguém nos observe. Não há lugar onde os anjos não se encontrem! E o que mais lhes apraz numa criança é o pudor – companheiro e vigilante dos bons costumes.<sup>4</sup>

Há vários modos de perceber e assim analisar o referido trecho, uma vez que não existe “leitura” no singular, mas sim “leituras” no plural, sendo que o modo do historiador compreender e assim trazer possíveis<sup>5</sup> interpretações são múltiplas. Em um primeiro momento, há no geral um estranhamento e a obra parece dotar-se de um caráter irrisório,

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006, p. 227.

<sup>3</sup> ERASMO, op. cit., p. 88.

<sup>4</sup> ERASMO, 1978, op.cit., p. 78.

<sup>5</sup> Nunca únicas e não necessariamente “reais”.

embora talvez concordemos com a *norma*, não nos convencemos quanto à *forma*<sup>6</sup> de expressar o costume e a respectiva observação. O estranhamento é válido, uma vez que ninguém, mesmo os historiadores, e talvez, principalmente estes, que lidam constantemente com este tipo de perspectiva, não se encontram senão dispostos no tempo presente. O passado nos é colocado a partir de uma visão do presente, isto é, a história se refere ao “tempo de agora”<sup>7</sup>, mudando-se apenas a sua interpretação em referência ao passado.

É justamente a partir desta impressão que parte a análise deste discurso. Em diálogo com o sociólogo Norbert Elias, percebe-se que este estranhamento, a repulsa em si, é fruto do que denominará de “processo civilizador”, advindo do processo de interiorização destes costumes, sendo que “é bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais”<sup>8</sup>.

Este processo de interiorização é o que nos leva muitas vezes a compreender a repulsa como algo “natural”, sem questionar o que natural realmente significa. A imposição de normas, sem entrar na problemática da necessidade<sup>9</sup>, já faz com que sua apreensão e consequente prática seja efetivamente a negação da própria natureza. Não nascemos dizendo uma língua específica, gostando de determinadas músicas ou nos sentando devidamente à mesa. Portanto, estes gestos, por mais “naturais” que pareçam, fazem parte da construção e respectiva apreensão ou não de determinado costume.

Entretanto, o costume deve ser entendido como plural, e não enquanto norma geral, compreendida, aceita e praticada por todos.<sup>10</sup> O historiador Edward Palmer

<sup>6</sup> A forma sempre deve ser problematizada, não apenas a forma em referência ao modelo escrito, mas a forma também como suporte da escrita e assim da leitura, possibilitando expandir as experiências da apropriação do texto, conforme problematiza o historiador Roger Chartier.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de SP/ Editora UNESP, 1998, p. 13.

<sup>7</sup> Como Walter Benjamin lembra-nos a importância de compreender a história como inserida em tempos recheados de “agora”, cujo passado não é homogêneo ou vazio, mas sim repleto de diferentes consciências históricas. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 249/252.

<sup>8</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 73.

<sup>9</sup> Necessidade que também nos traz o ideal de construção e consequente resignificação.

<sup>10</sup> A exceção muitas vezes demonstra uma regra, e a regra pode nos demonstrar uma exceção.

Thompson, já apontava a necessidade de compreender o costume enquanto singular: “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.”<sup>11</sup>

O costume enquanto construção se encontra atrelado à outra questão referente ao ideal civilizatório: o ideal progressista. Este ideal por muito tempo permeou os campos das análises históricas, sendo que a própria noção de linearidade na história é fruto desta concepção. Assim, a história caminharia para um único destino viável: o progresso. A própria noção de progresso já apresenta em si a necessária distinção entre o que pertence ou não a este caminho,<sup>12</sup> cabendo problematizar a hierarquia destas escolhas.

No caso do manual de Erasmo, conforme se discutirá, a proposta se refere à distinção entre os sujeitos, que ao longo do tempo vai se tornando cada vez mais refinada, para impor uma hierarquia social a partir destes gestos. Cabe ressaltar que na sociedade medieval<sup>13</sup> o gesto possuía toda uma significação própria, atrelada à oralidade que permeava as relações em sociedade. Em diálogo com Jacques Le Goff pode-se perceber a necessidade tanto da refinação quanto na apropriação desta linguagem gestual:

De um lado, o gesto (*gestus*) é codificado e valorizado pela sociedade medieval, de outro, a gesticulação (*gesticulatio*) é associada à desordem e ao pecado. O mesmo vale para as contorções e as deformações. Mas o corpo não deixa de estar em movimento, transbordando. No imaginário medieval, os monstros povoam a literatura e a iconografia, as narrativas de viagens e as margens dos manuscritos.<sup>14</sup>

Erasmo não é o inventor das regras de civilidade, mas um dos primeiros a registrá-la na forma de tratado.<sup>15</sup> A cortesia, termo que se refere principalmente à prática das

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16/17.

<sup>12</sup> Sendo que o sistema capitalista é compreendido, muitas vezes, erroneamente como o único destino possível, ou o comunista como o único alternativo deste processo.

<sup>13</sup> De acordo com Jacques Le Goff o período medieval seria um longo período, o qual se estenderia até meados do século XVIII. Já outros historiadores em referência a problematização do tempo, já demonstram a necessidade de se compreender a ressignificação desta temporalidade, que se “reiventa” constantemente. CRUZ, Heloisa faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. *Introdução*. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs). *Outras Histórias: Memórias e linguagens*. São Paulo: Editora Olho D’Água, 2006, p. 17.

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 147.

<sup>15</sup> Assim como Charles Perrault em relação a muitos contos populares advindos do universo oral (Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, para citar os mais comuns), em que os registra, embora

regras fundamentadas na oralidade, era necessária para manter as relações sociais e a própria hierarquia, a qual se fundamentava nestes gestos. O registro por Erasmo destas regras se referem a passagem de uma cultura essencialmente baseada na oralidade, para a coexistência, neste momento, do mundo oral e escrito. O fato de registrá-las se refere a um projeto educacional, baseada em seus preceitos humanistas<sup>16</sup>.

A publicação, no século XVI, da obra “A Civilidade Pueril”, não significou que as regras deixaram de serem aprendidas no universo da oralidade, mas sim que outro universo, o da escrita, se interpõe nestas relações. Não é porque há a imprensa que todas as pessoas são alfabetizadas, e nem que apenas estas se apropriam do texto escrito, uma vez que as leituras eram realizadas frequentemente em voz alta, havendo a assimilação e respectiva reformulação do texto escrito em questão. Portanto, não se deve anular estas dimensões, em termos de oposição e até de uma possível hierarquia entre a oralidade e a escrita, mas compreender estas relações enquanto processos relacionados a sujeitos, os quais reformulam suas leituras. Em articulação com Thompson percebe-se esta relação de intercâmbio:

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca ente o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, é uma arena de elementos conflituosos. [...] Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de “últimas palavras” e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções.<sup>17</sup>

Ao analisar o discurso de Erasmo percebemos a diversidade de apropriações e respectivas ressignificações que este promove, como todo texto. No início da obra existe a dedicatória a um menino nobre<sup>18</sup>, ao qual Erasmo era o preceptor. Porém, no final da obra, o que é uma diferença em relação a outras produções do gênero, existe um discurso

---

ressignificando-os a partir de sua interpretação. Este processo é constante, tanto que os Irmãos Grimm serão responsáveis por novamente reformular estes contos, a fim de adaptá-los ao universo infantil. Percebemos claramente estas diferenças no estudo de Robert Darnton, em sua obra “O grande massacre de gatos”. “A Civilidade Pueril” passa, portanto, pelo mesmo processo, cujo discurso é reformulado não apenas por Erasmo, mas também por seus leitores, independente do possível desejo inicial do autor perante a obra.

<sup>16</sup> No caso erasmiano, um humanismo cristão.

<sup>17</sup> THOMPSON, op. cit., p. 17/18.

<sup>18</sup> “Ao muito-nobre Henri de Bourgogne, filho de Adolphe, príncipe de Veere/Criança, de quem muito se espera, Salve!” In: ERASMO, 1978, op.cit., p. 65.

que nos passa um desejo, o qual deve ser problematizado, em relação à universalidade da apreensão das regras de civilidade.

Aqueles que a sorte fez plebeus, pessoas de condição humilde, e mesmo camponeses, devem esforçar-se tanto mais por compensar com as boas maneiras as vantagens que o destino lhes recusou. Ninguém escolhe o seu país ou o pai, mas todos podem conquistar qualidades e boas maneiras.<sup>19</sup>

Para problematizar o documento é necessário perguntar sobre o seu contexto e as possíveis referências do mesmo. Vale ressaltar que este questionamento não deve ser visado fora do documento, mas implica em compreender o contexto a partir deste documento. Sob esta perspectiva, pode-se perceber que há um discurso que diferencia cada vez mais os sujeitos a partir da apreensão destas normas. Percebemos a distinção mais especificadamente em outros momentos, cujos sujeitos aparecem de forma mais destacada:

Ter ranho no nariz, é próprio de um homem desmazelado e disso se acusou Sócrates, o filósofo. Assoar-se à boina ou a uma banda de roupa é próprio de um camponês; ao braço ou ao cotovelo, de um vendedor de salgados. Mas, não é mais aseado assoar-se à mão para depois limpar às roupas. É mais decente servir-se de um lenço, afastando-se um pouco se estiver presente alguma pessoa de mérito.<sup>20</sup>

Deste modo, é que se interroga até que ponto há de fato o desejo de universalizar este conceito, uma vez que a tensão e a respectiva hierarquização já se encontra apresentada no próprio documento. No período haviam tensões envoltas na questão da hierarquia, se o burguês (vendedor de salgados) passava a conquistar cada vez mais espaço em termos de riqueza, como a antiga nobreza podia se distinguir? A partir do refinamento cada vez maior, e assim, do gesto apresentado, é que se passa a identificar os sujeitos.<sup>21</sup>

Neste sentido é que se questiona a proposta de universalização das normas, uma vez que nos dizeres de Erasmo, pode-se perceber a existência da própria distinção: “[...] plebeus, pessoas de condição humilde, e mesmo camponeses [...]”. Além disso, pontua-

<sup>19</sup> ERASMO, 1978, op.cit., p. 108.

<sup>20</sup> ERASMO, 1978, op.cit., p. 73.

<sup>21</sup> Pierre Bourdieu denominará a apreensão das regras referentes a estes gestos, os quais distinguem os sujeitos na sociedade, de “capital simbólico”. In: BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: RS: ZOUK, 2013.

se a real aplicação destas regras. Muitas vezes, uma regra constantemente lembrada, escrita, pode significar o oposto de sua verdadeira viabilidade, isto é, talvez o registro nos demonstre que a regra está sendo transgredida e não apreendida. Em diálogo com Roger Chartier, podemos ampliar esta discussão para a própria noção de cultura, que de modo algum é homogênea.

A descrição das normas e das disciplinas, dos textos ou das palavras com os quais a cultura reformada (ou contra-reformada) e absolutista pretendia submeter os povos não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos. É preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações.<sup>22</sup>

Sob este ponto, além de considerar o destino da obra, a sua real aplicação e respectiva apreensão e ressignificação por parte do leitor, cabe discutir neste ponto a relação da obra com o que se designa de “cultura popular”. Afinal, sabe-se que os tratados de civilidade serão adicionados a Biblioteca Azul, que em si trazia esta conotação de “popular”. Compreende-se, como Raymond Williams nos coloca, a “cultura”, assim como outros conceitos<sup>23</sup>, “economia”, “civilização”, passam por um constante processo de reformulação. A cultura era compreendida como o cultivo do solo, a economia basicamente como a administração de uma casa, e o ato de civilizar indicaria a educação do indivíduo, passando a ser atrelado a um ideal progressista, isto é, a civilização em oposição à barbárie.<sup>24</sup>

Estas dimensões são necessárias para observar a cultura como dinâmica e não como um campo estático. Assim, popular não pode ser entendido apenas como tudo o que o homem fez ou faz, nem como algo em oposição absoluta as possíveis apropriações da elite, mas sim como um processo que envolve lutas, trocas, e não determinadas ao uso exclusivo de uma determinada categoria social, seja uma prática ou forma, conforme nos aponta o sociólogo Stuart Hall.

<sup>22</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 182.

<sup>23</sup> Segundo Raymond Williams os conceitos se modificam ao longo do tempo, pois os homens mudam o seus modos de vida, ressignificando suas respectivas ações. Deste modo, o conceito não deve ser entendido fora do sujeito, mas sim construído e experienciado por este.

<sup>24</sup> Porém, Williams demonstra que o conceito de civilização não deixa de abarcar as críticas referente à sua “artificialidade” e, a produção não apenas de riqueza, mas de pobreza. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, 1979, p. 24.

O perigo surge porque tendemos a pensar as formas culturais como algo inteiro e coerente: ou inteiramente corrompidas ou inteiramente autênticas, enquanto que elas são profundamente contraditórias, jogam com as contradições, em especial quando funcionam no domínio do “popular”.<sup>25</sup>

Deste modo, cabe problematizar o uso das obras da Biblioteca Azul, e os seus usos pelos diversos sujeitos. Sabe-se que este tipo de literatura de civilidade fará muito sucesso no período, sendo a obra copiada, adaptada<sup>26</sup> e reeditada diversas vezes, que irá circular tanto nos campos populares, como ser refinada para um uso mais distintivo. A partir destas questões percebe-se a necessidade da concepção de múltiplas leituras e apropriações do texto escrito, pois mesmo que esta seja colocado para um uso “popular”, é necessário refletir esta concepção e apreendê-la enquanto um espaço de constante conflito<sup>27</sup> entre o que se destina, se impõe ou mesmo se pretende aos possíveis usos da obra.

Neste meandro pode-se complementar que mesmo que perceba-se um processo de condicionamento, apontado por Norbert Elias, cujos indivíduos passam a cada vez mais pressionar uns aos outros, através de seus costumes, não devemos anular a singularidade de cada indivíduo. Mesmo que esta pressão, como transcrita anteriormente, no trecho da obra de Erasmo, em que “não há lugar que os anjos não se encontrem!”, o fato é que esta tensão seja ou não de ordem espiritual, não o é em termos absolutos.

Portanto, não há uma superestrutura seja mental ou econômica que defina o lugar ou a compreensão do sujeito. Em diálogo com Chartier percebe-se a identidade e os costumes não como algo condicionado em termos totais, mas como fruto de um intercalamento entre os indivíduos, que juntos constroem e desconstruem suas representações. Portanto, percebe-se que: “numa formação como esta, a construção da identidade de cada indivíduo situa-se sempre no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação”.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 256.

<sup>26</sup> Este processo pode ser vislumbrado até hoje, mas com as devidas ressalvas quanto à periodização.

<sup>27</sup> Portanto há o ideal de circularidade cultural, como coloca Mikhail Bakhtin, havendo pontos de *resistência*, mas também de *superação*. HALL op. cit., p. 255. Já para o antropólogo Nestor Canclini existiria um hibridismo entre as culturas.

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. op. cit., (2002) p. 112.

Entretanto, a obra apresenta muito bem um processo de contenção dos corpos, uma vez que o corpo é o objeto primeiro de análise. Estabelece-se uma verdadeira tipologia a partir destes comportamentos, que indicam o pertencimento a partir da domesticação do corpo e da conseqüente aparência, na composição dos gestos, apontando e classificando os níveis de civilidade e, portanto, de hierarquia entre os indivíduos.

Mas, cabe ressaltar que a luta por este pertencimento a determinado nível social não se dá apenas no campo físico, mas também espiritual. Os gestos tinham sua importância maior, ao indicarem o interior do homem, desafiando o próprio destino de sua alma. Por esta razão Erasmo logo no início da obra adverte que o: “homem preste atenção à sua aparência, aos seus gestos e à sua maneira de vestir, tanto quanto à sua inteligência”.<sup>29</sup>

A partir do entendimento da existência destas dimensões, procura-se dialogar com a obra de Erasmo, compreendendo as diversas transformações diante do discurso de civilidade, que pode ser observado através da própria análise dos manuais de civilidade ao longo da história, em que determinadas regras podem persistir, serem excluídas<sup>30</sup> ou até incluídas, na medida em que é necessário formatar novos modelos de comportamento a partir de outros espaços que podem surgir, como o ambiente virtual.

Tais dimensões observadas através da obra “A Civilidade Pueril” são importantes para compreender a história enquanto um processo que envolve sujeitos, os quais ressignificam suas experiências cotidianas, tanto individualmente quanto coletivamente, sendo um processo que envolve a nós mesmos, como dirá Norbert Elias na obra “O processo civilizador”, nada tendo de “natural”. Portanto, a obra “A Civilidade Pueril”, se refere a um estudo revelador de muitas tensões em volta da perspectiva da aparência<sup>31</sup> do homem civilizado, cuja imagem ideal, traduz-se através do domínio cada vez maior do corpo, isto é, da natureza humana. Natureza esta colocada como espontânea, mas, que quer-se cada vez mais controlada, uma vez que não há civilidade sem a incorporação das normas historicamente sistematizadas.

<sup>29</sup> ERASMO, 1978, op.cit., p. 70. A inteligência apontada por Erasmo se refere à necessidade do verdadeiro nobre de adquirir o estudo daquilo que se considerava “belas-letas”, como a língua e a filosofia, cuja apropriação já se referia igualmente a uma distinção.

<sup>30</sup> É importante lembrar que a exclusão da norma escrita não exclui a sua existência de apreensão através da oralidade.

<sup>31</sup> Para alguns autores, como o próprio Erasmo, a aparência poderia estar atrelada ao espírito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: RS: ZOUK, 2013.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de SP/ Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, ROGER. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CRUZ, Heloisa faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. *Introdução*. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs). *Outras Histórias: Memórias e linguagens*. São Paulo: Editora Olho D'Água, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERASMO. *A Civilidade Pueril*. Lisboa: Editora Estampa, 1978.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, 1979.

